

Capítulo I

Um primeiro retrato das famílias em Portugal

Sofia Aboim, Vanessa Cunha, Pedro Vasconcelos

O grande objectivo deste livro consiste, como vimos, em elaborar um retrato actual e diversificado da vida familiar na sociedade portuguesa contemporânea, caracterizando as suas estruturas e dinâmicas a partir de um tipo específico de família: o casal com filhos em idade escolar. O inquérito às *Famílias no Portugal Contemporâneo* permite obter uma visão extensiva e estatisticamente representativa daquele que é, afinal, o formato predominante de organização familiar: em 2001 representava cerca de um terço das famílias recenseadas. Se nessa data mais de metade dos núcleos familiares (57%) eram de “casal com filhos”, vale a pena recordar que era de 33% a proporção dos que tinham pelo menos um filho até aos 15 anos de idade.

No presente capítulo traçamos um primeiro retrato dos casais estudados, descrevendo as principais características sociográficas da população inquirida em Portugal Continental. Começamos por reconstituir brevemente a construção da amostra, observando seguidamente as famílias a partir dos critérios de selecção que, a priori, estiveram na base da inquirição. Depois, em face de uma população constituída por 1776 mulheres a viver em casal e com filhos em idade escolar, iremos analisar algumas das principais coordenadas de caracterização das famílias e as posições estruturais que ocupam no mundo social.

1. A construção da amostra

A população-alvo, o instrumento de pesquisa e o trabalho de campo

A população-alvo é constituída por mulheres de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos, a viver em conjugalidade e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. Trata-se, por conseguinte, de uma população de famílias de “casais com filhos”, definida em função de critérios que delimitam uma determinada fase do ciclo de vida da mulher (a sua idade fértil), bem como do ciclo de vida familiar (a co-residência com filhos dependentes em idade escolar). Pretendia-se, por um lado, garantir alguma diversidade geracional das

entrevistadas, respeitando fins comparativos entre “tempos sociais” diversos, mas excluindo, contudo, mulheres de coortes mais velhas. Estabelecia-se assim uma delimitação etária que permitiu observar fases mais intensas quer da vida reprodutiva, quer da vida profissional das mulheres. Pretendia-se, por outro lado, estudar famílias com filhos dependentes que fossem, no presente, o produto de uma história construída no tempo, de maneira a captar os efeitos produzidos por essa mesma trajetória na vida familiar actual. Ora, seleccionar as famílias também a partir da idade dos filhos co-residentes (pelo menos um entre os 6 e os 16 anos) respondia precisamente a esses objectivos, permitindo quer observar uma etapa exigente e trabalhosa da vida familiar com filhos, quer avaliar, de um ponto de vista feminino, o impacto de momentos-chave como a entrada na conjugalidade e o nascimento do primeiro filho do casal. Ao falarem destes acontecimentos, as mulheres inquiridas estariam, na sua maioria, a reportar-se a eventos não muito recentes, condição importante na reconstituição dos efeitos promovidos pelas transições para a conjugalidade e a parentalidade.

Dada a importância da temporalidade da vida familiar como problema fundador (v. Introdução), a inquirição efectuada às mulheres foi feita numa óptica longitudinal, em três momentos de viragem no seu percurso familiar: a *transição para a conjugalidade actual*, a *transição para a parentalidade* (nascimento do primeiro filho da conjugalidade actual) e o *momento actual*, em que a mulher tem entre 25 e 49 anos, pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos e vive em conjugalidade. Esta estratégia metodológica obrigou, por conseguinte, à construção de um instrumento de inquirição (o questionário) em que a formulação das perguntas surgiu organizada em função de vários cortes na história da vida familiar, situando-as em momentos temporais diferentes. Assim, uma vez que o inquérito analisa a vida familiar em três momentos principais (mais um para as famílias recompostas), foi necessário construir indicadores que pudessem ser adequados aos diferentes tempos da inquirição e, também, aos vários percursos familiares abrangidos na amostra¹.

Com efeito, o facto de se ter restringido a população-alvo a famílias conjugais com crianças ou adolescentes em idade escolar obrigatória, não eliminou, no entanto, a diversidade das famílias pesquisadas. Foi possível abranger um leque variado de situações familiares. As famílias podem ser, do ponto de vista da sua composição morfológica, tanto simples — ou seja, restritas ao núcleo casal e filhos — como

¹ Ver modelo do inquérito por questionário em www.ics.ul.pt

complexas — quando este núcleo co-reside com outras pessoas aparentadas ou não; tanto primeiras como segundas conjugalidades (formalizadas ou não); tanto famílias a viver só com filhos da actual conjugalidade como a viver com filhos de anteriores uniões ou relações da mulher ou do homem, tratando-se assim de famílias recompostas (perfil habitualmente enquadrado no “bolo” dos denominados *novos tipos de família*); tanto famílias de filho único como de descendência numerosa.

A especificidade dos critérios exigidos, a par da oportunidade de realizar um estudo extensivo a nível nacional, levaram a que, após a preparação do questionário pela equipa de investigação, a construção da amostra ficasse a cargo do Instituto Nacional de Estatística (INE), também encarregue da informatização do inquérito e da sua aplicação no terreno durante o ano de 1999². A aplicação deste inquérito, efectuada através de entrevistas face-a-face realizadas às mulheres, foi de âmbito nacional, tendo representatividade estatística a nível do Continente, da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma dos Açores³. A primeira amostra constitui objecto deste livro em que se apresentam os principais resultados obtidos.

Os critérios de selecção da amostra: a região de residência, a idade da mulher, a idade dos filhos co-residentes

Uma primeira variável de caracterização — o local de residência actual da inquirida — decorre directamente do critério de representatividade estatística, ao nível

² O questionário foi informatizado por dois técnicos do INE, Dra. Ana Maria Antunes e Dr. Marques Nunes, sob a supervisão da equipa de investigação. A formação dos entrevistadores foi igualmente efectuada pelos membros da equipa em várias sessões de formação, de dois dias cada, que decorreram em Lisboa (2), Porto (1), Coimbra (1), Évora (1), Faro (1) e Ponta Delgada (1). O inquérito foi aplicado entre Março e Maio, tendo sido todas as entrevistas realizadas por entrevistadores do INE. A entrevista foi realizada através de suporte informático, de maneira a minimizar a possibilidade de erro (em virtude, por exemplo, da grande quantidade de filtros existentes no questionário).

³ As amostras da população inquirida, trabalho realizado pela Dra. Olímpia Máximo, foram seleccionadas a partir de uma “amostra-mãe” proveniente da base de dados do Inquérito ao Emprego, amostra por sua vez construída a partir Recenseamento Geral da População de 1991 (e actualizada no segundo semestre de 1996). Esta amostra é probabilística, multietápica e aureolar, tendo dela sido “retiradas” as três amostras representativas contempladas no Projecto Famílias no Portugal Contemporâneo: a do Continente, a da Área Metropolitana de Lisboa e a da Região Autónoma dos Açores. O número de famílias inicialmente seleccionadas perfazia um total de 4309 famílias, valor sobrestimado em 33,1%, de modo a prever as situações de inquéritos não respondidos. Para serem representativas de cada uma das três regiões referidas, as amostras deveriam, teoricamente, totalizar cerca de 2260 casos no Continente, 825 na Área Metropolitana de Lisboa e 767 nos Açores. As dimensões finais das amostras reais, depois de efectuado um trabalho de controlo por parte da equipa de investigação que levou à eliminação de alguns casos visto não cumprirem todos os requisitos da amostra, são no entanto menores, perfazendo totais de 1776 casos para o Continente, de 817 para a Área Metropolitana de Lisboa e de 740 para os Açores. As dimensões finais das amostras permitiram a

do Continente, da amostra questionada (quadro n.º 1.1). Deste modo, verifica-se que a maior parte das inquiridas vive no Norte e na região de Lisboa e Vale do Tejo, espaços regionais com maior incidência populacional de casais com filhos em idade escolar. As regiões a sul, Alentejo e Algarve, reúnem, por conseguinte, um número bastante menor de efectivos no total da amostra continental.

Quadro n.º 1.1
Região de residência - NUTSII (n e %)

	n	%
Norte	669	37,7
Centro	310	17,5
Lisboa e Vale do Tejo	645	36,3
Alentejo	90	5,1
Algarve	62	3,5
Total	1776	100,0

Relativamente à sua estrutura etária (quadro n.º 1.2), outro dos critérios de constituição da amostra, podemos observar que as mulheres inquiridas têm uma idade média de 38,6 anos, sendo nos grupos etários dos 35 aos 39 anos e dos 40 aos 44 anos que se encontra a maior parte das inquiridas. Efectivamente, as mulheres na casa dos vinte anos constituem uma pequena percentagem das inquiridas (apenas 4%), enquanto que as mulheres entre os 45 e os 49 anos não ultrapassam a proporção de cerca de 15 a 16 inquiridas por cada 100. Estamos, assim, face a uma população maioritariamente constituída por mulheres entre os trinta e os quarenta e poucos anos.

Quadro n.º 1.2
Idade actual da mulher

	n	%
25-29 anos	77	4,3
30-34 anos	349	19,7
35-39 anos	569	32,0
40-44 anos	512	28,8
45-49 anos	269	15,1
Total	1776	100,0
Média etária	38,6	

Quadro n.º 1.3
Idade actual do cônjuge

	n	%
até 29 anos	28	1,6
30-34 anos	191	10,8
35-39 anos	486	27,4
40-44 anos	546	30,7
45-49 anos	350	19,7
50-54 anos	129	7,3
55 e mais anos	46	2,6
Total	1776	100,0
Média etária	41,4	

Outro critério que presidiu à construção da amostra prende-se, como sabemos, com a dimensão conjugal: a mulher tem de viver presentemente em casal. No entanto, a idade do cônjuge não foi de antemão definida, pelo que a amplitude etária é muito maior. O cônjuge mais novo tem, então, 23 anos e o mais velho 76. A média etária

construção de intervalos de confiança a 95%, com um coeficiente de variação máximo de 10% para o Continente e de 15% para as restantes.

dos homens, 41,4 anos, não se distancia muito da das mulheres (apenas 2,8 anos) e a maioria também se encontra entre 35 e 44 anos (58%). No entanto, no caso dos cônjuges é maior a percentagem daqueles que têm idades a partir dos 45 anos (cerca de 30%) e menor a percentagem daqueles que têm idades inferiores a 35 anos (apenas 12%).

No que respeita à idade dos filhos co-residentes, outro princípio fundamental de selecção da amostra, exigia-se que pelo menos um tivesse idade compreendida entre os 6 e os 16 anos, situando-se, portanto, na fase da escolaridade obrigatória. A amplitude dada à idade dos filhos define assim uma determinada fase do ciclo de vida da família conjugal, estreitando relativamente o leque de variações aí encontradas. Em termos de idades médias, constatamos que na nossa amostra o filho mais novo a viver com o casal tem cerca de 9,3 anos e o mais velho 14,3 anos. Podemos no entanto, para melhor descrever as famílias pesquisadas, considerar vários indicadores de caracterização: a idade de todos os filhos co-residentes; a idade do filho mais velho e a idade do filho mais novo (quadro n.º 1.4)

Quadro n.º 1.4
Idade de todos os filhos, do filho mais velho e do filho mais novo (n e %)

Idade dos filhos	todos		mais velho		mais novo	
	n filhos	% resp	n	%	n	%
Até 5 anos (crianças pequenas)	384	10,8	—	—	361	20,3
6-10 anos (crianças)	1004	28,3	472	26,6	668	37,6
11-16 anos (adolescentes)	1431	40,4	722	40,7	747	42,1
17 e mais anos (jovens-adultos)	723	20,4	582	32,8	—	—
Total	3542	100,0	1776	100,0	1776	100,0

O primeiro indicador permite verificar que os filhos adolescentes (11-16 anos) se destacam nesta amostra (40%) e que o número de crianças entre os 6 e os 10 anos também é significativo (28%). Os restantes são mais velhos (20%) ou mais novos (11%).

Do mesmo modo, os adolescentes (11-16 anos) são maioritários quando analisamos a idade do filho mais velho (41%), embora o número de jovens-adultos (17 e mais anos) seja também significativo (33%). Apenas um quarto das famílias pesquisadas tem filhos, no máximo, até aos 10 anos de idade, ou seja crianças em idade escolar. Relativamente ao filho mais novo notamos alguma diversidade na amostra. Muito embora apenas um quinto dos casais pesquisados tenha em casa uma criança com menos de 6 anos, é visível o peso quer dos filhos adolescentes (11-16 anos) quer das crianças em idade escolar (6-10 anos).

Neste primeiro retrato das “Famílias no Portugal Contemporâneo” verificamos assim, no seio de uma amostra diversificada que integra casais em várias fases dos “trabalhos de parentalidade”, um certo predomínio de famílias com filhos adolescentes e crianças entre os 6 e os 10 anos sobre os casais com crianças em idade pré-escolar, coordenadas que, como era requisito metodológico, situam o nascimento do primeiro filho do casal à distância de alguns anos.

2. A vida familiar

Continuando a traçar o retrato das *Famílias no Portugal Contemporâneo*, importa descrever as principais características da população inquirida. Começamos pelo casal, observando os vários perfis de conjugalidade presentes na amostra. Falamos, depois, dos filhos e da dimensão da família nuclear. Por último, damos ainda destaque aos processos de recomposição que envolvem as mulheres a viver actualmente com filhos de anteriores uniões ou relações, um dos “novos” perfis de família que se procurava captar na investigação.

O casal

Como antes referimos, o tipo de conjugalidade das mulheres inquiridas não foi questão sujeita a critérios apriorísticos de selecção, razão pela qual se regista alguma diversidade neste domínio, como podemos observar no quadro n.º 1.5.

Pode tratar-se, como acontece na maioria dos casos, de uma primeira conjugalidade de ambos os cônjuges (91%) ou, em menor número, de situações em que pelo menos um deles ou ambos vivem presentemente uma segunda experiência conjugal⁴. Destes 9% de casos, somente 2% de casais estão em igualdade de circunstâncias, tendo cada um deles pelo menos uma experiência conjugal anterior à actual. Nas restantes situações apenas a mulher (3%) ou o homem (3%) viveram uma anterior conjugalidade, indiciando a disposição para se casar ou coabitar, em segundas núpcias, com um parceiro ou uma parceira que não tem a mesma experiência passada. Nos 1776 casais pesquisados, constata-se, em suma, que 96 mulheres e 104 homens

⁴ Na quase totalidade dos casos trata-se, de facto, de uma segunda experiência conjugal. Apenas 2 das 96 mulheres inquiridas em “segundas conjugalidades” vivem presentemente a sua 3ª experiência a dois. No caso dos 104 homens que já tiveram também conjugalidades anteriores à actual, somente 5 tiveram mais que duas experiências: em 3 destes casos a actual conjugalidade é a terceira, tratando-se nos restantes 2 casos de uma 5ª experiência conjugal.

— números relativamente próximos — vivem actualmente numa segunda conjugalidade. A propósito do passado conjugal dos actuais membros do casal, importa ainda frisar o carácter fecundo da maioria dessas primeiras experiências. Na nossa amostra, apenas 15 mulheres e 15 homens saíram de anteriores conjugalidades sem terem tido filhos, ocorrência que evidencia a estreita associação entre vida conjugal e procriação.

Quadro n.º 1.5
Perfis da conjugalidade (n e %)

	n	%
1º conjugalidades e recasamentos		
1ª de ambos	1619	91,2
2ª de ambos	43	2,4
2ª só da mulher	53	3,0
2ª só do homem	61	3,4
Total	1776	100,0
Mulheres em 1ª conjugalidade		
Mulheres com anteriores conjugalidades (subtotal)	96	5,4
Com filhos anteriores	81	4,6
Sem filhos	15	0,8
Total	1776	100,0
Homens em 1ª conjugalidade		
Homens com anteriores conjugalidades (subtotal)	104	5,9
Com filhos anteriores	89	5,1
Sem filhos	15	0,8
Total	1776	100,0
Tipo de vínculo conjugal actual		
União de facto	78	4,4
Casamento civil	283	15,9
Casamento religioso	1415	79,7
Total	1776	100,0
Idade da mulher na entrada da conjugalidade		
até 19 anos	443	24,9
20-24 anos	944	53,2
25-29 anos	294	16,6
30 e mais anos	95	5,3
Total	1776	100,0
<i>Idade média da mulher</i>	22,1	
<i>Idade média do cônjuge</i>	25,0	
Duração da conjugalidade actual		
até 5 anos	16	0,9
6-9 anos	165	9,3
10-14 anos	508	28,6
15-19 anos	565	31,8
20-24 anos	380	21,4
25 e mais anos	142	8,0
Total	1776	100,0
<i>Duração média</i>	16,5	

Se as primeiras conjugalidades são dominantes nesta amostra, o mesmo acontece com o casamento formal, enquanto vínculo de união do casal. Fracção reduzida dos casos pesquisados, a percentagem de casais a viver em união de facto no momento da inquirição não ultrapassa os 4%. Na sua maioria, os casais estão unidos

pelo vínculo religioso (80%), não constituindo mais de um sexto da amostra aqueles que realizaram um casamento civil. De facto, seguindo o padrão dominante da vida conjugal em Portugal, as conjugalidades que pesquisamos são, na esmagadora maioria dos casos, as primeiras e encontram-se formalizadas pelo casamento religioso⁵.

Outra variável-chave de caracterização da conjugalidade é a idade com que a mulher começou a viver com o seu marido ou companheiro⁶. A leitura deste indicador permite-nos situar o momento de transição para a conjugalidade na biografia da mulher e, assim, comprovar o carácter relativamente precoce da entrada na vida a dois. Na verdade, é de pouco mais de um quinto a percentagem de mulheres que iniciou a conjugalidade depois dos 24 anos (22%), sendo mesmo muito reduzida (5%) a percentagem daquelas que o fez com 30 ou mais anos. Em contraste, as mulheres que começaram a viver com o marido ou companheiro antes dos 20 anos são muito mais abundantes na amostra, chegando a representar cerca de 25% das inquiridas. A moda etária situa-se entre os 20 e os 24 anos e a média global da amostra situa-se nos 22,1 anos, denunciando uma distância de cerca de 3 anos a favor do homem, que, em média, casa ou começa a viver com a companheira aos 25 anos.

Iniciadas relativamente cedo na biografia das mulheres, estas conjugalidades caracterizam-se, fundamentalmente, pelo facto de terem já algum tempo (em média 16,5 anos). Como se vê, a duração da vida a dois coloca-nos face a casais cujas práticas deverão estar já bem sedimentadas pelo tempo, por rotinas construídas ao longo dos anos. Na realidade, a maioria das conjugalidades pesquisadas (60%) situam-se entre os 10 e os 19 anos de duração, claramente um tempo extenso depois de uma primeira fase de instalação do casal, sendo mínima a proporção de uniões muito recentes. Veja-se que as conjugalidades até 5 anos de duração não chegam a 1% dos casais, referindo-se sobretudo a situações de recasamento.

Os filhos

No que respeita à família nuclear no seu conjunto, um primeiro indicador importante de caracterização é a dimensão da descendência⁷. Podemos descobrir o número de filhos (biológicos ou adoptados, de ambos os cônjuges, só da mulher ou só

⁵ Sobre os diferentes modos de constituição do casal v. cap. II – “A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais”.

⁶ A data que conta para a construção desta variável é a do início da vida conjugal, independentemente de ter começado por uma coabitação ou por um casamento.

do homem) que actualmente residem com o casal olhando para a dimensão total da descendência, apenas para aqueles que têm menos de 17 anos ou, ainda, só para as crianças até 10 anos de idade (quadro n.º 1.6).

Quadro n.º 1.6
Número de filhos co-residentes de todas as idades, <= 16 anos e <= 10 anos (n e %)

	De todas as idades		<= 16 anos		<= 10 anos	
	n	%	n	%	n	%
0 filhos	—	—	—	—	747	42,1
1 filho	454	25,6	924	52,0	719	40,5
2 filhos	990	55,7	708	39,9	272	15,3
3 filhos	252	14,2	113	6,4	30	1,6
4 e mais filhos	80	4,5	31	1,7	8	0,5
Total	1776	100,0	1776	100,0	1776	100,0
Nº médio de filhos	2,0					

Observando em primeiro lugar o número de filhos que, independentemente da idade, estão presentes no grupo doméstico verificamos que mais de metade (56%) das famílias inquiridas em 1999 tem dois filhos co-residentes — valor que corresponde, aliás, à média global da amostra — e um quarto tem apenas um filho. Ao contrário do que se passava ainda num passado recente, já são poucas as famílias que têm muitos filhos, nomeadamente 4 e mais (apenas 5%)⁸. A dinâmica da família nuclear é assim caracterizada, na maior parte dos casos, pela dimensão relativamente reduzida do número de filhos co-residentes⁹.

Se entretanto procurarmos caracterizar as famílias segundo o número de filhos co-residentes até aos 16 anos ficamos com uma perspectiva diferente da vida familiar. Ao invés de dois, o que predomina agora são os agregados de um filho (52%). As famílias com dois filhos não ultrapassam os 40% e, mais ainda, os agregados de três e mais filhos reduzem drasticamente. Estes dados indiciam que há um número significativo de filhos mais velhos que estão ainda em casa dos pais, permitindo supor que a independência em relação à família de origem, ao contrário do que acontece noutros países europeus, tende a ocorrer numa idade mais tardia.

Olhando, por último, para as famílias com crianças até aos dez anos, o panorama é ainda mais restritivo, já que apenas um sexto dos casais vive com dois filhos deste grupo etário, sendo diminuta a proporção dos que têm descendências mais

⁷ Sobre este tema v. cap. VIII - “A fecundidade das famílias”.

⁸ De facto, se desagregarmos o grupo dos casais com 4 ou mais filhos co-residentes, verificamos que são muito poucos os que ultrapassam a fasquia dos 4. Apenas 5 casais vivem com 5 filhos, somente 3 vivem com 6 filhos, enquanto que se reduz a um o número de casais que tem 7 e 12 filhos em casa.

numerosas de tenra idade. Pelo contrário, destacam-se os mais de 40% de famílias sem crianças até aos 10 anos.

Quadro n.º 1.7
Perfil da filiação — filhos co-residentes de todas as idades (n e %)

Filhos co-residentes	n	%	N.º médio de filhos	Idade do filho mais novo	Idade do filho mais velho
Só da conjugalidade actual (sub-total)	1693	95,3	2,0	9,3	14,2
<i>biológicos</i>	1686	94,9	2,0	9,3	14,1
<i>adoptados</i>	7	0,4	1,0	—	12,6
Só de conjugalidades anteriores (sub-total)	19	1,1	2,0	10,5	14,0
Da mulher	17	1,0	1,8	10,9	13,6
Da mulher e do homem	2	0,1	3,5	7,0	17,5
Da conjugalidade actual e de anteriores (sub-total)	64	3,6	2,6	7,2	17,2
Do casal actual e da mulher	55	3,1	2,9	7,2	17,2
Do casal actual e do homem	9	0,5	2,2	9,8	20,7
Total	1776	100,0	2,0	9,3	14,3

Uma última maneira de caracterizar a família nuclear consiste em estabelecer os diferentes “perfis de filiação” (quadro n.º 1.7). Quem são afinal estes filhos?

Na grande maioria dos casos, os filhos são, como a análise da conjugalidade fazia prever, da união actual, pelo que as famílias se constituem exclusivamente de filhos de ambos os membros do casal em 95% dos casos investigados. Na sua quase totalidade, estes filhos são biológicos, havendo somente 7 casais com crianças adoptadas, todas elas famílias de filho único. Nas restantes situações, existem no grupo doméstico actual filhos de conjugalidades anteriores da mulher e do homem (5%). Deste grupo, somente 19 casais vivem exclusivamente com filhos de conjugalidades anteriores da mulher (17 casos) ou simultaneamente da mulher e do homem (2 casos). O reduzido número de casais que só têm filhos de uniões ou de relações anteriores é, assim, revelador da importância da criança para dar sentido, ou até legitimidade, à vida conjugal, demonstrando a estreita cumplicidade entre conjugalidade e procriação. De facto, a maior parte dos casais que vive com filhos de anteriores conjugalidades (da mulher em 55 casos e do homem em 9 casos) tem também filhos em comum, atingindo, em termos numéricos, as descendências mais numerosas (2,6 filhos co-residentes contra 2 filhos nos casais só com filhos comuns). De uma forma geral, estas famílias recompostas aparecem associadas a um maior número de filhos co-residentes, o que leva a concluir que apesar de terem passado, na

⁹ Muito embora haja 107 casais que têm filhos (comuns) que já saíram de casa e vivem independentes. Destes, 739% tem apenas um filho fora de casa, sendo pequena a percentagem dos que referem ter 3 ou mais filhos já independentes (6%).

maioria dos casos, por processos de ruptura conjugal, estas mulheres voltam a aceitar o desafio da maternidade no âmbito de uma nova conjugalidade.

As famílias recompostas

Estas últimas observações conduzem-nos directamente ao encontro das chamadas famílias recompostas, um dos perfis encontrados na amostra das *Famílias no Portugal Contemporâneo* que vale a pena observar um pouco melhor. Advirta-se, no entanto, que no âmbito do nosso estudo se restringiu a análise das famílias recompostas àquelas em que a entrevistada vive com um parceiro (em união de facto ou casamento) que é padrasto dos filhos que ela trouxe de uma relação anterior, haja ou não filhos da conjugalidade actual¹⁰. De acordo com estes critérios encontramos na amostra 74 famílias recompostas, o que corresponde a uma percentagem de 4% do total de famílias (quadro n.º 1.8). Como notámos no parágrafo anterior, em 55 casos existem filhos actuais e anteriores, sendo apenas 19 as famílias em que não há filhos da conjugalidade actual.

Quadro n.º 1.8
Recomposição familiar (n e %)

Recomposição familiar	n	%
Não recomposta	1702	95,8
Recomposta	74	4,2
Total	1776	100,0
Filhos anteriores são fruto de uma relação conjugal?		
Sim	57	77,0
Não	17	23,0
Total	74	100,0
Forma de dissolução da conjugalidade anterior		
Separação	20	35,1
Divórcio	29	50,9
Viuvez	8	14,0
Total	57	100,0

No entanto, estes filhos anteriores à recomposição nem sempre foram fruto de uma relação conjugal: 17 das 74 mulheres englobadas no perfil em análise viveram pelo menos uma maternidade *a solo*. Nas situações em que houve uma primeira conjugalidade (57 casos), a informação relativa ao estado civil de ego imediatamente anterior à actual relação mostra-nos como o divórcio e a separação estão na origem da

¹⁰ Segundo este critério ficaram excluídas as famílias recompostas em que só o homem trouxe filhos de uma relação anterior, pois pretendia-se observar privilegiadamente as famílias em que existe um padrasto, perfil mais comum ao abrigo deste tipo familiar.

maioria dos processos de recomposição familiar. Apenas 14% das anteriores conjugalidades terminaram porque o cônjuge faleceu¹¹.

Quadro n.º 1.9
Guarda legal dos filhos de conjugalidades anteriores da mulher

	n	%
mãe (guarda única)	44	89,8
mãe e pai (guarda conjunta)	3	6,1
outra situação	2	4,1
Total	49	100,0

Quadro n.º 1.10
Frequência com que recebe a pensão de alimentos para os filhos

	n	%
Sempre	14	28,6
recebeu no início e deixou de receber	3	6,1
às vezes	6	12,2
nunca recebe, não ficou acordado	10	20,4
nunca recebe, não envia	16	32,7
Total	49	100,0

Por último, na caracterização da recomposição familiar é ainda fundamental analisar o papel do pai biológico na vida presente dos filhos. Um primeiro indicador importante reside na modalidade de guarda legal das crianças (Quadro n.º 1.9), que nos 49 casos estudados é esmagadoramente atribuída à mulher. Apenas 3 destes casos são de guarda conjunta pelo pai e pela mãe. Apesar de ter sobretudo um carácter indicativo, este dado é, por si só, revelador da desigualdade de responsabilidades que predomina entre as mulheres e os homens no que se refere ao desempenho do papel parental depois de uma ruptura conjugal.

Quadro n.º 1.11
Frequência com que o pai fica com os filhos no dia-a-dia

	n	%
metade da semana e 1 fim-de-semana de 15 em 15 dias	3	6,1
durante uma semana (semana sim, semana não)	1	2,0
todos os fins-de-semana	3	6,1
1 fim-de-semana de 15 em 15 dias	7	14,3
1 fim-de-semana e/ou alguns dias por ano	3	6,1
nunca fica, mas vê-os às vezes	13	26,5
nunca fica nem os vê	12	24,5
outra	7	14,3
Total	49	100,0

Quadro n.º 1.12
Tempo que o pai passa com os filhos nas férias – incluindo todos os períodos de férias do ano

	n	%
nunca	24	49,0
menos de uma semana	3	6,1
1 semana	2	4,1
2 semanas	8	16,3
3-4 semanas	4	8,2
mais de 4 semanas	1	2,0
outra	7	14,3
Total	49	100,0

No que respeita à prestação de apoio material, deparamo-nos com um quadro também marcado pelas desigualdades de género, apontando, em cerca de metade dos casos, para uma demissão das responsabilidades paternas (quadro n.º 1.10). Em 10

¹¹ Do ponto de vista da escolaridade (indicador central para aferir a “posição social” destas famílias), as mulheres que passaram por processos de recomposição familiar surgem ligeiramente sobrerrepresentadas em níveis de ensino secundário e superior incompleto, por contraposição a percentagens mais reduzidas nos restantes grupos de escolaridade). Poder-se-á concluir que o perfil das mulheres em família recomposta é, na amostra do inquérito FPC, tendencialmente qualificado. No entanto, importante é notar também que as mulheres mais escolarizadas se associam a percursos de recomposição em que houve uma conjugalidade anterior, sendo em níveis mais baixos de escolaridade (primário e preparatório/unificado) que vislumbramos as mulheres que passaram por uma situação de

casos, o pai não envia dinheiro porque não ficou legalmente acordado, enquanto que em 16 casos este simplesmente não envia a pensão que possivelmente terá ficado estabelecida. Em contraposição, devemos assinalar que não chega a um terço (14 casos) a parcela de famílias recompostas em que as crianças recebem regularmente a pensão de alimentos.

Por outro lado, o retrato do dia-a-dia parece confirmar uma certa separação entre pai biológico e filhos num significativo número de casos (quadros n.º 1.11 e n.º 1.12). Afinal, quase metade das crianças nunca fica com o pai e um quarto nunca o vê, por contraponto ao menor número daquelas que estão regularmente com o pai (29%). As práticas adoptadas nas férias reproduzem essa situação de afastamento: 49% das crianças nunca passa dias de férias com o pai.

3. Os contextos sociais de existência

Passemos agora à descrição das famílias situando os casais nos seus contextos sociais de existência. Dimensão importante desta investigação, as posições estruturais dos casais — no tempo histórico e no meio social — irão assumir um papel central ao longo dos vários capítulos deste livro, enquanto variáveis explicativas dos diferentes estilos de organização familiar.

O tempo social

Uma primeira variável de caracterização, cuja diversidade constituiu afinal um dos grandes objectivos a garantir à partida, é então a “coorte de entrada na conjugalidade”, indicador que situa os casais pesquisados no tempo histórico da sua formação. Do ponto de vista deste “tempo social” de entrada na conjugalidade, abrange-se na amostra FPC um período de exactamente 30 anos, desde casais cuja formação remonta a 1967 a casais que iniciaram uma vida a dois já no fim dos anos noventa, em 1997. Encontramos portanto, deste ponto de vista histórico, uma considerável diversidade de coortes conjugais, acompanhando três décadas de mudanças estruturais na sociedade portuguesa.

Entretanto, importa frisar que a maioria das mulheres iniciou a vida em casal com o actual cônjuge nos anos 80 (60%) ou mesmo na segunda metade dos anos 70

maternidade *a solo*. V. Wall, K. (org.), (2000) *Famílias no Portugal Contemporâneo – relatório final*,

(21%). Poucas o fizeram mais cedo e apenas 10% começou a vida conjugal já nos anos 90 (quadro n.º 1.13). Notamos assim a diversidade de coortes de entrada na vida a dois que a amostra abriga, pluralidade que torna possível compará-las entre si.

Quadro n.º 1.13

Ano de entrada na conjugalidade actual (n e %)

	n	%
até 1974	142	8,0
1975-1979	380	21,4
1980-1984	565	31,8
1985-1989	508	28,6
a partir de 1990	181	10,2
Total	1776	100,0

Continuando a caracterizar a amostra numa perspectiva de “tempo social”, é ainda possível, tal como para a conjugalidade, definir coortes de mulheres em função do ano de nascimento do seu primeiro filho. Mas, se era um requisito central da construção da amostra a mulher ter pelo menos 1 filho, este não precisava de ser necessariamente da conjugalidade actual. Assim, temos duas variáveis distintas: o ano de nascimento do primeiro filho da mulher e o ano de nascimento do primeiro filho da actual conjugalidade (quadro n.º 1.14).

Quadro n.º 1.14

Ano de nascimento do 1º filho da mulher e do 1º filho da conjugalidade actual (n e %)

Ano de nascimento do 1º filho	da mulher		da actual conjugalidade	
	n	%	n	%
até 1974	73	4,1	65	3,7
1975-1979	288	16,2	259	14,7
1980-1984	516	29,1	496	28,2
1985-1989	538	30,3	546	31,1
a partir de 1990	361	20,3	391	22,3
Total	1776	100,0	1757	100,0

Localizada a moda nos anos oitenta, podemos notar, contudo, que significativa parte destes nascimentos ocorreram já nos anos 90, enquanto muito poucos (menos de 5%) remontam ao período antes do 25 de Abril. As principais diferenças entre os dois indicadores que apresentamos é que no segundo aumenta o peso dos nascimentos ocorridos a partir da segunda metade dos anos 80 e diminui a percentagem dos ocorridos até ao final dos anos 70, ainda que de forma muito ligeira.

A religião

A posição religiosa traduz a representação que as inquiridas têm a seu respeito e a respeito dos seus cônjuges e marca uma clivagem já clássica entre as posturas

masculinas e femininas face à religião (quadro n.º 1.15): apesar de a esmagadora maioria dos casais serem católicos, elas tendem a ser mais frequentemente praticantes do que eles (49% e 37%, respectivamente). Quanto a outras religiões são francamente minoritárias (menos de 2%), mas têm pesos muito semelhantes nos dois membros do casal. A ausência de crença é também residual, embora seja mais frequente nos homens.

Quadro n.º 1.15
Posição religiosa da mulher e do cônjuge (n e %)

	Mulher		Cônjuge	
	n	%	n	%
Católica praticante ¹²	873	49,2	656	36,9
Católica não praticante	807	45,4	986	55,5
Outra religião	34	1,9	30	1,7
Sem religião	61	3,4	100	5,6
ns/nr	1	0,1	4	0,2
Total	1776	100,0	1776	100,0

Quadro n.º 1.16
Posição religiosa combinada do casal (n e %)

	n	%
Sem religião	50	2,8
Católicos não praticantes	756	42,6
Católicos praticantes	649	36,5
Outra religião	26	1,5
Católicos não praticantes e praticantes	222	12,5
Católicos não praticantes e sem religião	50	2,8
Outras combinações	19	1,1
ns/nr	4	0,2
Total	1776	100,0

Quando combinamos a posição religiosa da mulher com a do seu cônjuge, encontramos uma diversidade um pouco maior (quadro n.º 1.16). Não obstante, as diversificadas situações de catolicismo continuam, como seria de esperar, a predominar. Da mesma maneira, uma certa homogamia religiosa pode ser constatada. Como veremos em vários capítulos deste livro, apesar da predominância da matriz católica, as diferentes posições religiosas podem servir de variável explicativa significativa, nomeadamente tendo em atenção a clivagem praticantes/não praticantes.

A escolaridade

A escolaridade dos cônjuges é, sem dúvida, uma coordenada fundamental para caracterizar as suas posições num espaço socialmente diferenciado. Ao longo dos

¹² Entende-se por “católica (ou católico) praticante”, o indivíduo que tem uma prática religiosa regular, indo à missa e/ou participando em actividades de culto.

vários capítulos deste livro será constantemente utilizada enquanto variável explicativa das variações observadas no seio da vida familiar.

Quadro n.º 1.17
Nível de escolaridade da mulher e do cônjuge no momento actual (n e %)

	Mulher		Cônjuge	
	n	%	n	%
Sem escolaridade (sub-total)	78	4,4	76	4,3
Não sabe ler e escrever	14	0,8	18	1,0
Sabe ler e escrever	64	3,6	58	3,3
Ensino primário ou equivalente	710	40,0	735	41,4
Ensino preparatório/unificado (sub-total)	596	33,6	602	33,9
Ensino preparatório ou equivalente	373	21,0	367	20,7
Ensino unificado ou equivalente	222	12,5	235	13,2
Ensino secundário complementar ou equivalente	199	11,2	190	10,7
Bacharel/licenciatura incompleta/curso médio (sub-total)	100	5,6	69	3,9
Curso médio, bacharelato	75	4,2	41	2,3
Licenciatura incompleta	25	1,4	27	1,5
Licenciatura ou mais (sub-total)	93	5,2	102	5,7
Licenciatura	83	4,7	87	4,9
Pós-graduação, mestrado, doutoramento	11	0,6	16	0,9
ns/nr	—	—	2	0,1
Total	1776	100,0	1776	100,0

Quadro n.º 1.18
Nível de escolaridade da mulher e do cônjuge segundo a coorte de entrada na conjugalidade (%)

	Mulher					Cônjuge				
	Até 1974	1975-79	1980-84	1985-89	1990 e mais	Até 1974	1975-79	1980-84	1985-89	1990 e mais
Sem escolaridade	10,6	7,1	3,7	2,2	2,2	6,4	4,7	4,4	3,7	2,7
Ensino primário	62,7	49,2	38,6	31,5	30,9	64,1	53,9	39,3	32,3	29,8
Ensino preparatório/unificado	14,8	27,6	32,9	41,9	38,7	16,9	25,8	32,5	41,9	45,9
Ensino secundário	3,5	7,4	11,9	13,6	16,6	6,3	7,2	13,3	11,0	12,7
Bacharel./licenciatura incompleta/curso médio	6,3	5,0	6,7	4,5	6,6	3,5	3,7	5,0	3,0	3,9
Licenciatura ou mais	2,1	3,7	6,2	6,3	5,0	2,8	4,7	5,5	8,1	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	$X^2=126,90; DF=20; p<,000 (cf=,26)$					$X^2=110,91; DF=20; p<,000 (cf=,24)$				

Numa análise dos níveis de escolaridade da amostra FPC (quadro n.º 1.17), um primeiro traço a destacar reside na semelhança encontrada entre as distribuições observadas para os dois elementos do casal. O desfasamento tradicional de género, que dava aos homens alguma vantagem sobre as mulheres, tende a esbater-se, como se comprova no quadro n.º 1.18, em que observamos a escolaridade dos cônjuges nas diferentes coortes de entrada na conjugalidade. Antes de 1974 as clivagens entre homens e mulheres eram mais evidentes do que acontece a partir de meados dos anos 80. Curiosamente, assistimos a uma inversão da percentagem de indivíduos sem escolaridade. Mais elevada nas mulheres durante os anos 70, esta passa a ter a

dianteira no sector masculino a partir de 1980. No presente, em termos de capitais escolares, estamos assim defronte a uma população bastante semelhante do ponto de vista da distribuição de qualificações segundo o género.

Entretanto, uma segunda observação importante não pode deixar de destacar as fracas habilitações académicas, tanto de mulheres como de homens, retratando as baixas qualificações escolares da população portuguesa. De facto, a percentagem de mulheres e de homens com uma licenciatura completa ou mais não chega aos 6%, números apenas um ponto percentual acima das mulheres e dos homens sem qualquer grau de escolaridade. A maioria das inquiridas e respectivos cônjuges tem o ensino primário ou o preparatório/unificado, realidade característica da população portuguesa em geral (Machado e Costa, 1998).

A classe social

Continuando a descrever as condições sociais de existência destes casais, a classe social, profundamente ligada à actividade sócio-profissional, é, para além do nível educacional, uma outra variável que consideramos nuclear para explicar as variações observadas na vida das famílias.

A partir de uma conceptualização multidimensional da classe social, que não reduza por completo o conceito a um estrito economicismo, procurámos caracterizar a estrutura de desigualdades sociais produzida pela relação dos indivíduos com a esfera do trabalho. A centralidade teórica desta esfera na definição da classe social tem como correspondência no plano operativo a importância atribuída à utilização de indicadores sócio-profissionais na caracterização das pertenças de classe. A análise da diferenciação sócio-profissional tem assim como indicadores centrais a profissão e a situação na profissão (bem como indicadores associados, tal como o número de empregados ou subordinados), destacando-se no caso português as propostas classificatórias há muito desenvolvidas por Almeida, Costa e Machado (Almeida, 1986; Almeida, Costa e Machado, 1994; Costa, 1999; e Costa *et al.*, 2000), proposta, aliás, que aqui seguimos e reactualizamos em muitos dos seus aspectos. Fiéis, no entanto, à importância do capital cultural (nomeadamente na sua espécie escolar) na estruturação das desigualdades sociais contemporâneas (no seguimento da proposta de Bourdieu, 1979), incorporamos, quando relevante, o nível de escolaridade como elemento central de diferenciação das posições sociais, pensando residir nesse critério

um importante elemento para aferir a desigualdade social no contexto português, particularmente no caso das profissões intelectuais e intermédias.

Foi então construída uma tipologia a partir da profissão principal (segundo a Classificação Nacional das Profissões de 1994, desagregada a três dígitos), da situação na profissão e da escolaridade (ver Anexo I). Num primeiro momento procedeu-se à construção de uma tipologia de classes individual para a mulher inquirida e o seu cônjuge (em duas versões: uma, mais desagregada de 16 categorias; e outra, menos, de 9). Num segundo momento, dada a importância da partilha familiar e residencial dos recursos e condições de existência, construiu-se uma tipologia da classe social do casal (ver Anexo I).

Quadro nº 1.19
Classe social da mulher e do cônjuge actualmente (n e %)

Classes sociais	Mulher		Cônjuge	
	n	%	n	%
Empresários e Dirigentes (ED) (subtotal)	12	0,9	33	2,0
Empresários e grandes patrões	3	0,2	5	0,3
Dirigentes	7	0,5	21	1,3
Profissões liberais	2	0,2	7	0,4
Profissões intelectuais e científicas (PIC) (subtotal)	159	12,2	114	6,9
Mais qualificadas (licenciados e mais)	79	6,1	78	4,7
Menos qualificadas (curso médio, bacharelato, licenciatura incompleta)	80	6,2	36	2,2
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	56	4,3	94	5,7
Independentes e pequenos patrões do secundário e terciário (IPP) (subtotal)	157	12,1	353	21,3
Independentes	102	7,9	216	13,0
Pequenos patrões (menos de 5 empregados)	55	4,2	137	8,3
Camponeses (C) (subtotal)	73	5,6	50	3,0
Independentes	72	5,5	47	2,8
Pequenos patrões (menos de 5 empregados)	1	0,1	3	0,2
Empregados executantes (administrativos e serviços) (EE) (subtotal)	292	22,5	242	14,6
Administrativos	140	10,8	84	5,1
Serviços	152	11,7	158	9,5
Empregados não qualificados do terciário (ENQ)	233	17,9	38	2,3
Operários industriais (OI) (subtotal)	280	21,6	671	40,5
Operários	248	19,1	629	38,0
Operários não qualificados	32	2,5	42	2,5
Assalariados agrícolas (AA)	37	2,8	62	3,7
Total	1299	100,0	1657	100,0

Quando olhamos para as posições de classe individuais de cada um dos membros do casal (quadro n.º 1.19) constatamos, desde logo, o peso do operariado industrial, do trabalho executante do sector terciário e do pequeno negócio na sociedade portuguesa. Ao contrário, o grande negócio, mas também as actividades ligadas à agricultura, têm um peso relativamente reduzido na estrutura de classes. Desenha-se, portanto, um espaço social onde sobressai o peso dos trabalhadores assalariados, com baixas qualificações, da indústria e dos serviços, bem como o peso

dos trabalhadores independentes e pequenos patrões, regra geral também pouco qualificados em termos escolares. A esta grande massa (cerca de três quartos da população inquirida) contrapõem-se, por um lado, os segmentos mais burgueses da população (os empresários, grandes patrões, dirigentes e profissionais liberais), os profissionais intelectuais e científicos (em número reduzido particularmente quando se trata dos mais qualificados), bem como os profissionais técnicos e de enquadramento intermédio e, por outro lado, os segmentos tradicionais ligados à agricultura (camponeses e assalariados agrícolas).

Na medida em que, ao juntar duas trajectórias individuais, portadoras cada uma delas de heranças particulares, a conjugalidade se torna numa instância activa de produção de novas localizações de classe, deve-se também analisar a classe social do casal e não apenas a de cada um dos cônjuges separadamente. No cruzamento das classes sociais da mulher e do seu cônjuge respeitámos a aproximação utilizada para a classificação da classe individual, havendo, contudo, que clarificar alguns dos critérios que estiveram na base da construção deste indicador agregado.

De uma forma geral, tendeu a subsumir-se a classe social do cônjuge com menos capitais na classe social do cônjuge com mais capitais (ver matriz de classificação da classe do casal, Anexo I). No entanto, existem algumas excepções a esta regra na tipologia que construímos. Uma primeira excepção é a das “profissões intelectuais e científicas” (PIC) onde foi mantida a homogamia sócio-profissional pura entre os dois cônjuges. Outras excepções visam ainda destacar grupos com relevo na estrutura social portuguesa, tendo-se optado por autonomizar quer a categoria “empregados executantes casados com operários industriais” (EE+OI) quer a categoria “assalariados agrícolas casados com operários industriais” (AA+OI). Ambas as combinatórias sinalizam “duplas pertenças” significativas entre os casais portugueses: no primeiro caso, demograficamente mais relevante, trata-se do associação entre os sectores secundário (onde predominam os homens) e o trabalho executante no sector terciário (onde predominam as mulheres); no segundo caso, encontramos o casamento entre o assalariado agrícola e industrial. Relativamente a esta última “classe” deve, no entanto, ser feita uma ressalva. Dada a indiferenciação social relativa entre categorias bem como os seus pequenos quantitativos na nossa amostra, optámos por agregar os poucos casos de “assalariados agrícolas casados entre si” aos assalariados agrícolas casados com operários industriais (que, aliás, constituem cerca de 70% das situações na categoria em análise).

Estabelecidos os critérios de cruzamento para determinar a classe social do casal, estes foram utilizados sempre que ambos os cônjuges têm uma inserção sócio-profissional (ou seja, têm uma posição de classe individual), o que ocorreu em cerca de 70% dos casos (quadro n.º 1.20). Quando apenas um deles exerce actualmente uma actividade profissional, a classe do casal corresponde à classe social desse indivíduo.

Quadro n.º 1.20
Classe social do casal actualmente (n e%)

	Ambos os cônjuges têm profissão		Pelo menos um dos cônjuges têm profissão	
	n	%	n	%
Empresários e dirigentes (ED)	30	2,5	40	2,3
Profissões intelectuais e científicas (PIC)	72	5,9	89	5,1
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	185	15,2	195	11,3
Independentes e pequenos patrões (IPP)	257	21,1	372	21,5
Camponeses (C)	69	5,7	91	5,3
Empregados executantes (EE)	134	11,0	240	13,9
Empregados executantes+operários (EE+OI)	249	20,5	249	14,4
Operários industriais (OI)	178	14,6	389	22,5
Ass. agrícolas e Ass. Agrícolas+Operários (AA/AA+OI)	43	3,5	64	3,7
Total	1217	100,0	1729	100,0

Através deste indicador podemos observar uma estrutura engrossada pelos casais de operários industriais, de independentes e pequenos patrões, de empregados executantes e de empregados executantes casados com operários industriais, demonstrando o peso do operariado, do trabalho executante do sector terciário e do pequeno negócio na sociedade portuguesa, como acima já vimos. Ao contrário, o grande negócio e as profissões intelectuais e científicas (que exigem normalmente grandes qualificações escolares) têm um peso relativamente reduzido na estrutura sócio-profissional, sendo inclusivamente ultrapassadas pelos camponeses que constituem ainda 5% dos casais pesquisados.

Esta é, portanto, uma população caracterizada por escassos capitais escolares e económicos, tanto quando olhamos para o indivíduo isoladamente como para o casal enquanto unidade de classe, constituindo um retrato da população portuguesa.

O trabalho profissional

Neste retrato do contexto social das famílias importa ainda caracterizar a relação da mulher com a esfera do trabalho profissional, dimensão fundamental para

aferir as mudanças operadas nos papéis de género e nas formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres na família¹³.

Quadro nº 1.21
Condição da mulher e do cônjuge perante o trabalho nos diferentes momentos da vida familiar (%)

	Início da conjugalidade n=1694		Nascimento do 1º filho n=1754		Actualmente n=1776	
	Mulher	Cônjuge	Mulher	Cônjuge	Mulher	Cônjuge
Trabalha (sub-total)	71,4	96,8	64,9	97,0	73,2	93,4
Exerce profissão	67,8	95,3	62,6	95,8	69,9	92,6
Trabalhador(a)/estudante	1,5	1,4	0,5	0,9	0,5	0,3
Doméstica com algum trabalho remunerado	1,6	—	1,4	—	2,3	—
Emprego temporário	0,5	0,1	0,4	0,3	0,5	0,5
Não trabalha (sub-total)	28,6	3,2	35,1	3,1	26,8	6,7
Estudante	3,0	0,5	1,5	0,5	0,2	0,1
Desempregado(a)	4,5	0,5	6,6	0,7	6,0	4,2
Doméstica	20,1	—	25,8	0,1	18,6	—
Reformado(a)/pensionista	0,1	0,2	0,1	0,2	0,8	1,4
A cumprir o SMO	—	1,5	—	1,3	—	—
Incapacitado(a) permanente	0,4	0,2	0,2	0,1	0,6	0,6
Outra situação	0,5	0,3	0,9	0,2	0,6	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Numa primeira observação devemos alertar que, devido aos contornos específicos da amostra no que se refere à idade da mulher, a população inquirida está actualmente fortemente integrada no mercado de trabalho: mais de 70% das mulheres e mais de 90% dos homens (quadro n.º 1.21). Na sua maioria exercem uma profissão, sendo minoritários aqueles que conjugam o trabalho profissional com os estudos, que têm um emprego temporário ou, apenas no caso das mulheres que se definem como domésticas com algum trabalho remunerado.

No que respeita às outras condições perante o trabalho, não chegam a 7% os homens que não trabalham profissionalmente no momento actual. Destes, a maioria (4%) estão desempregados, número que se eleva um pouco no caso das mulheres (6%). Verifica-se, assim, que o desemprego atinge ligeiramente mais as mulheres, sendo esta apenas uma das diferenças de género a destacar. A mais importante prende-se com a condição de doméstica, uma vez que esta inclui 19% das entrevistadas, situação em que não encontramos nenhum dos cônjuges da amostra.

¹³ Tema abordado em profundidade no cap. VI “A Divisão Familiar do Trabalho”.

5. Mulheres, domínios de gratificação e momentos marcantes

Não podemos terminar este retrato das famílias portuguesas sem referir o universo das pertenças subjectivas das mulheres, objectivamente “divididas”, como acabámos de observar, entre o trabalho e a família. A contabilização dos “principais domínios de gratificação¹⁴” escolhidos pelas inquiridas permite-nos completar e aprofundar o quadro da situação feminina (quadro n.º 1.22).

Quadro n.º 1.22
Domínios de gratificação da mulher (n=1772)

	n	%	Casos
A relação com os filhos	1526	30,4	86,1
A vida em casal	1294	25,8	73,0
As tarefas domésticas, o cuidar do lar	695	13,8	39,2
A relação com parentes próximos (pais, irmãos...)	545	10,9	30,8
A profissão/ os estudos (sub-total)	472	9,4	26,6
Os seus estudos, cursos de formação ou diploma	52	1,0	2,9
A sua actividade profissional	420	8,4	23,7
Os convívios (sub-total)	416	8,3	23,5
O convívio com os seus amigos	256	5,1	14,4
O convívio com os seus colegas de trabalho	108	2,2	6,1
Outros (sub-total)	74	1,5	4,2
As actividades de lazer e desporto	52	1,0	2,9
As actividades religiosas	49	1,0	2,8
As actividades político-partidárias ou sindicais	5	0,1	0,3
A participação em movimentos ou associações de intervenção social (paróquia, associações não lucrativas...)	10	0,2	0,6
Outros domínios de realização	10	0,2	0,6
Total	5022	100,0	283,4

A principal constatação deve destacar a preponderância do universo familiar na realização pessoal das mulheres. Confrontadas com uma série de domínios possíveis à sua escolha, a prioridade de grande parte das entrevistadas é dada à relação com os filhos e com o marido ou companheiro (domínios escolhidos por 86% e 73% respectivamente). Depois destes baluartes da identidade feminina, as principais gratificações continuam a centrar-se no universo da vida familiar: quase 40% das entrevistadas aponta as “tarefas domésticas” como domínio de gratificação e 31% insiste na relação com os seus parentes próximos.

Os restantes dados corroboram a enorme importância concedida à família. Repare-se, neste sentido, que a vida profissional ou os estudos constituem esfera que

¹⁴ Para aferir quais as principais áreas de realização da mulher foi incluída, no questionário FPC, uma questão em que as mulheres deviam escolher três principais domínios de gratificação de uma lista de mais de dez áreas possíveis. Depois de escolhidos os três domínios, a mulher devia, num segundo momento, ordená-los por hierarquia de importância. Sobre este tema v. cap. VII “Transições familiares e identidade das mulheres”.

apenas pouco mais de um quarto das mulheres aponta como uma das mais gratificantes. O mesmo sucede com os convívios com amigos ou colegas de trabalho, ficando assim quase completa a lista elaborada pelas mulheres. Outros domínios apresentam, com efeito, pouco peso no total das escolhas femininas.

Na sua maioria (1120 casos) as entrevistadas, ao escolherem três esferas de gratificação, juntaram à relação com os filhos e à vida em casal um terceiro domínio (quadro n.º 1.23): as tarefas domésticas (30%), a relação com parentes próximos (32%), a profissão/estudos (22%) e os convívios com amigos/colegas de trabalho (15%). Para efeito de cruzamentos optou-se assim por utilizar este indicador composto, que nos permite diferenciar 4 tipos modais de “universos de gratificação”, deixando de lado outras composições, múltiplas mas minoritárias. Vejamos então, seguidamente, algumas variações significativas consoante a escolaridade das mulheres.

Quadro n.º 1.23

Principais domínios de gratificação da mulher por escolaridade da mulher actualmente (n=1120)

A vida em casal, a relação com os filhos e ...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Prep./Básico	Secundário	Curso médio, lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
As tarefas domésticas	30,4	62,2	44,0	29,7	11,1	3,0	0,0
A relação com parentes próximos	31,8	24,4	33,6	35,9	33,3	23,9	9,3
A profissão/ os estudos	22,4	8,9	10,6	18,8	31,9	59,7	64,0
Os convívios (com amigos / colegas de trabalho)	15,4	4,4	11,8	15,6	23,7	13,4	26,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$X^2=268,24; DF=15; p<,000$ (cfc=,44)

As linhas de contraste formadas a partir da escolaridade feminina são, com efeito, particularmente incisivas, ao mostrarem a partição entre os universos da *casa* e do *parentesco*, por um lado, e os da *profissão* e dos *convívios amicais*, por outro. Quanto menos escolarizadas, mais as mulheres elegem, a par com a conjugalidade e os filhos, as tarefas domésticas como domínio de gratificação, sendo evidente a variação deste perfil de resposta, entre os 62% nas mulheres sem escolaridade e os 0% nas mulheres com uma licenciatura ou mais. A escolha da profissão a completar o trio de domínios de gratificação apresenta, por seu lado, inversa distribuição, progredindo à medida do aumento dos capitais académicos femininos. Um pouco menos contrastantes, as relações com os parentes e os convívios com amigos e colegas de

trabalho apresentam, mesmo assim, padrões de variação interessantes à luz das desigualdades que a escolaridade instaura. O primeiro domínio, relativamente transversal até ao limite da escolaridade secundária, diminui entre as mulheres com escolaridade superior; ao segundo acontece quase o inverso, aumentando precisamente a partir deste nível de escolaridade.

Em suma, as mulheres com menor escolaridade tendem a encontrar as suas gratificações no universo doméstico e da família, enquanto as mulheres com mais qualificações académicas tendem, mais frequentemente, a combinar a vida familiar (relação de casal e com os filhos) com a vida profissional ou as relações de convívio, qualquer uma delas representando um movimento para fora do espaço da casa e da família.

Finalmente, uma vez que na inquirição se partia do pressuposto de que tanto a entrada na conjugalidade como na parentalidade são transições particularmente relevantes na construção da trajectória familiar e da própria identidade das mulheres, optou-se, no fim do questionário, por inquirir as entrevistadas sobre os momentos mais marcantes das suas vidas, propondo-lhes diversas possibilidades de resposta (quadro n.º 1.24). Visava-se, com esta questão, aferir a validade da hipótese que situava estas duas transições familiares como momentos chave no percurso das mulheres.

Quadro n.º 1.24
Momentos da vida que marcaram significativamente a mulher (n=1769)

	n	%	Casos
O nascimento dos filhos(as)	1595	31,9	90,2
Casar ou o início da vida conjugal	930	18,6	52,6
A doença ou morte de uma pessoa próxima	776	15,5	43,9
A saída de casa dos pais	534	10,7	30,2
A aquisição ou o arranjo de casa própria	448	9,0	25,3
O início ou outro momento da vida profissional	229	4,6	12,9
Momentos de grandes problemas com os filhos(as)	120	2,4	6,8
Momentos de grandes problemas com o marido	120	2,4	6,8
A alteração do local de residência	101	2,0	5,7
A obtenção de um diploma escolar	48	1,0	2,7
O divórcio ou separação	40	0,8	2,3
Voltar a casar	17	0,3	1,0
Ficar viúva	10	0,2	0,6
Outro momento	35	0,7	2,0
Total	5003	100,0	282,8

O nascimento dos filhos é, então, um momento marcante por excelência para a esmagadora maioria das entrevistadas (90%), surgindo, em segundo lugar, o início da vida conjugal, destacado por mais de metade das mulheres (53%). Em contrapartida,

note-se, por exemplo, que o início ou outro momento da vida profissional só aparece como sexta resposta mais expressiva, sendo considerado marcante por apenas 13% das inquiridas. Prevaecem, depois dos filhos e da vida em casal, outros momentos de (re)organização da vida privada, com destaque para a doença ou a morte de uma pessoa próxima, momento assinalado por 44% das mulheres.

Ora, como não podemos deixar de observar, a hipótese de partida confirma-se com expressivo significado. É, afinal, nos momentos a priori escolhidos para situar a indagação que encontramos a maior concentração de respostas femininas.